



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10082 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT13 - Educação Fundamental

PROVAS PADRONIZADAS BIMESTRAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
RELATOS DOCENTES DEZ ANOS DEPOIS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

Andréa Tubbs - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Giselle C. S. Penna Villa - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

PROVAS PADRONIZADAS BIMESTRAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
RELATOS DOCENTES DEZ ANOS DEPOIS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

RESUMO: A política educacional de provas bimestrais padronizadas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro completou dez anos de vigência em 2019. Considerando que esse é um período de tempo significativo para uma política educacional, o presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas com o objetivo de compreender se e como essa política interfere na autonomia docente das profissionais da rede e de investigar seus efeitos dez anos depois em uma escola municipal do Rio de Janeiro. O principal objetivo é investigar as mudanças que as provas bimestrais padronizadas trouxeram para a prática avaliativa das professoras participantes da pesquisa. Buscamos apoio teórico no campo dos estudos em avaliação em Fernandes (2014) e Bonamino e Oliveira (2013). Também realizamos uma análise documental, que utilizou como fonte reportagens e documentos oficiais, e uma análise bibliográfica, embasada por artigos, teses e dissertações. Entrevistas semiestruturadas e conversas com professoras de uma escola da rede municipal carioca trouxeram questões e percepções das participantes. Concluímos que, decorridos dez anos da política de provas, existe uma tensão entre a autonomia docente, vinculada ao caráter reflexivo da prática pedagógica, e seu papel técnico a partir de apostilas e provas prontas para serem aplicadas.

Palavras-chave: avaliação (para) as aprendizagens. provas bimestrais padronizadas. política de avaliação.

As discussões relacionadas às formas de avaliar na educação básica ampliaram sua relevância no cenário educacional nos últimos trinta anos a partir da implementação de avaliações externas no Brasil no início dos anos 1990. Sendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) um marco, seu objetivo era obter dados que pudessem subsidiar políticas públicas em educação. O Saeb foi criado pelo governo federal nos anos 1990 com a finalidade de conhecer melhor a realidade e as disparidades educacionais brasileiras, uma vez que já se registravam altos níveis de reprovação e evasão, principalmente nos anos 1980, período em que houve aumento de alunos nas redes públicas.

Para resolver o problema das reprovações nas escolas públicas e corrigir o fluxo de estudantes série a série, foram implementadas políticas públicas como aprovação automática, avaliação continuada e progressão continuada. Em artigo publicado em Ciclos em Revista,

Mainardes (2007) traça um panorama das pesquisas sobre a política de organização escolar em ciclos e chama atenção para o “interesse dos representantes do campo oficial (Estado) e o campo pedagógico (pesquisadores, intelectuais)”. De acordo com o autor, inicialmente, a ideia dos programas da não reprovação era diminuir desperdícios financeiros e melhor administrar a pouca oferta de vagas. Mais tarde, esse propósito foi deslocado para “reduzir as taxas de reprovação e construir sistemas educacionais mais democráticos” (p. 116).

No município do Rio de Janeiro, a prática de exames externos foi ampliada. Sob a gestão do então prefeito Eduardo Paes e da secretária de educação Cláudia Costin, a rede municipal de educação do Rio de Janeiro registrou, no ano de 2009, o início de uma nova fase na política educacional carioca, com foco em avaliação de larga escala nas escolas da rede. Isso porque Eduardo Paes revogou a ampliação da organização escolar em ciclos para todo o ensino fundamental, iniciada na gestão anterior, afirmando que os estudantes não estavam aprendendo e que, portanto, era necessário instituir um sistema de avaliação com exames bimestrais criados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ).

As provas bimestrais foram implementadas por meio da Resolução SME N.º 1010/09. Nela, determinou-se que a SME-RJ deveria enviar, bimestralmente, provas a serem realizadas por todos os estudantes da rede. Na prática, creches e pré-escolas não estão contempladas. Outra novidade para a comunidade escolar foi o fato de que as notas dessas provas deveriam ser registradas nos boletins escolares e consideradas para a determinação do conceito global dos estudantes, podendo culminar em aprovação ou reprovação.

Sabendo que a SME-RJ considera que suas provas bimestrais conseguem avaliar as aprendizagens dos estudantes do ensino fundamental da rede a partir de seu currículo mínimo, formulamos as seguintes questões: 1) as provas bimestrais padronizadas dão conta de cumprir a finalidade de avaliar (para) as aprendizagens ou avaliam apenas o desempenho dos estudantes? e 2) como essas provas influenciam as práticas avaliativas das profissionais da rede?

Revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com profissionais do primeiro segmento do ensino fundamental carioca, analisadas a partir do discurso, foram os métodos adotados nas investigações que deram origem a este resumo. As entrevistas foram realizadas com professoras, diretoras e coordenadoras pedagógicas, além de servidoras que atuaram em funções gratificadas na SME-RJ. A revisão bibliográfica ancorou-se em Bonamino e Oliveira (2013), para quem exames externos conseguem avaliar as aprendizagens, e Claudia Fernandes (2014), que defende que exames externos avaliam apenas desempenho.

Partimos do entendimento de que 1) avaliação é um conjunto de ações contínuas que integram os processos de ensino-aprendizagem, possibilitando o acompanhamento do percurso do aluno para a melhoria de suas aprendizagens (avaliação formativa); 2) os dez anos de provas bimestrais padronizadas vêm nutrindo a discussão em torno de qualidade da/na educação ao considerar seus indicadores (avaliação somativa); e 3) o apostilamento da rede por meio dos Cadernos Pedagógicos, na prática, funciona como treinamento para as provas bimestrais padronizadas formuladas pela SME-RJ.

Consideramos relevante observar o primeiro semestre de 2019, quando as provas bimestrais foram parcialmente substituídas por instrumentos avaliativos construídos pelas professoras. Embora a gestão do então prefeito Marcelo Crivella e da secretária de educação Talma Suane tenha mantido a política educacional baseada em indicadores de performance nos exames externos, em fevereiro de 2019, o calendário de provas bimestrais e Cadernos Pedagógicos foi reorganizado, com sua aplicação passando a ser semestral.

A reorganização não foi apresentada em documentos, deixando as professoras sem

orientações sobre os instrumentos que deveriam elaborar. Emergiram, então, dúvidas entre as professoras: “Como é que isso vai ser?”, “Vamos usar os descritores?”, “E se as crianças não forem bem na prova? O que é que eles [SME-RJ] vão querer?”. Observamos, nessa ocasião, que elaborar instrumentos próprios tornou-se um desafio, já que deveriam atender à finalidade da prova de avaliar desempenho ao invés de serem instrumentos de acompanhamento das aprendizagens.

As incertezas foram arrefecidas pelo esforço coletivo das docentes em cumprir a tarefa. Entretanto, ainda no primeiro semestre de 2019, a experiência não se apresentou exitosa, levando a SME-RJ a retomar o calendário anterior, ou seja, provas bimestrais e oferta dos Cadernos Pedagógicos voltaram a ser distribuídos bimestralmente.

A partir das investigações, podemos afirmar que as provas da SME-RJ não avaliam (para) as aprendizagens. Seu valor está mais para registro e prestação de contas à Secretaria. Isso pôde ser observado tanto através das entrevistas quanto pela revisão bibliográfica, já que as características das provas bimestrais não estão de acordo com o conceito de avaliação (para) as aprendizagens de Fernandes (2014) nem com a linha teórica de estudos longitudinais de Bonamino e Oliveira (2019).

Em tempo, isso remete-nos a uma dimensão da avaliação calcada na prescrição de qualidade em comunhão com o discurso de accountability (AFONSO, 2010). Observamos que há um entendimento por parte dos entrevistados da necessidade em documentar todo o processo de avaliação que pode ou não resultar em aprendizagens.

As entrevistas revelaram ainda que, na prática, o peso dado às provas bimestrais é menor do que o peso de outros instrumentos, como trabalhos, pesquisas e demais atividades realizadas em sala de aula, as quais têm maior influência na determinação do conceito global. As entrevistadas declararam não considerar as notas das provas quando podem levar à reprovação. Os discursos sinalizam que os instrumentos das professoras estão mais próximos dos saberes e conhecimentos diversos de seus estudantes.

Por outro lado, identificamos pouca resistência coletiva às provas bimestrais. Em 2013, profissionais de educação do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades, reivindicando, equiparação salarial e a anulação da padronização do currículo e das provas. Professoras e professores exigiram autonomia pedagógica, inclusive para a escolha de seu material didático. Nessa ocasião, eclodiram críticas e resistências quanto ao uso do material estruturado (também conhecido como Cadernos Pedagógicos) que eram distribuídos bimestralmente e tinham como finalidade, segundo a SME-RJ, auxiliar a docência no processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, atualmente, as investigações no campo apontaram que as resistências acontecem individualmente, em suas práticas pedagógicas. Muitas das profissionais criticam as apostilas e as provas padronizadas, o que faz com que esses instrumentos sejam incorporados ao cotidiano escolar na perspectiva que Nazareth (2014) chama de esforço conciliatório. O esforço conciliatório consiste em combinar demandas externas, como a realização das provas bimestrais e a utilização dos Cadernos Pedagógicos, com as demandas internas, isto é, aquilo que é reconhecido como central na prática docente e que se configura no processo ensino-aprendizagem-avaliação dos estudantes por meio de outros instrumentos.

No segundo semestre de 2020, o calendário escolar foi alterado com a suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia mundial da COVID-19. Isso vem obrigando professores e alunos a se submeterem a uma rotina de aulas remotas, o que recoloca a discussão da avaliação para as aprendizagens como assunto fundamental, trazendo a possibilidade de se repensar as práticas avaliativas em diferentes níveis, inclusive, no âmbito das prefeituras.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico em torno da accountability em educação. In: ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (Orgs). Olhares e Interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-170.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; OLIVEIRA, Lúcia Helena Gazólis de. Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 19, n. 38, p. 33-50, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. Por que avaliar as aprendizagens é tão importante? In: Fernandes, C.O. (org.) Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2014.

MAINARDES, Jeferson. A pesquisa sobre a política de ciclos no Brasil: panorama e desafios. In: KRUG, Andrea Rosana Fetzner (org), Ciclos em Revista, Rio de Janeiro, v. 1, 3ª ed, Editora Wak. 2007, p.113 – 124.

NAZARETH, Henrique Dias. Políticas de Avaliação Externa na Prática Escolar: efeitos da política educacional em uma sala de aula da Rede Municipal do Rio de Janeiro. 2014. 122f. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

RIO DE JANEIRO (RJ) Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME N.º 1.010, de 04 de março de 2009. Dispõe sobre orientações relativas à avaliação escolar na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05 mar. 2009a. Disponível em <<http://doweb.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (RJ) Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME N.º 1.014, de 17 de março de 2009. Dispõe sobre orientações relativas à avaliação escolar na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 18 mar. 2009b. Disponível em <<http://doweb.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.